

PARECER DE PLENÁRIO PELAS COMISSÕES DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER; DE SAÚDE; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E DE JUSTIÇA E DE CIDADANIA AO PROJETO DE LEI Nº 4.440, DE 2024.

Apresentação: 05/12/2024 11:53:14.553 - PLEN
PRLP 1 => PL 4440/2024

PRLP n.1

PROJETO DE LEI Nº 4.440, DE 2024

Institui o Programa de Reconstrução Dentária para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), visando garantir o atendimento odontológico especializado para a reconstrução dentária de mulheres que tenham sofrido agressões que comprometam a saúde bucal.

Autora: Deputada SIMONE MARQUETTO

Relator: Deputada RENILCE NICODEMOS

I - RELATÓRIO

O PL nº 4.440, de 2024, de autoria da Deputada Simone Marquette, institui o Programa de Reconstrução Dentária para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica, que visa a prestação de serviços odontológicos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para a reconstrução e reparação dentária das mulheres vítimas de agressões que tenham causado danos à sua saúde bucal. O programa tem como objetivo assegurar o tratamento odontológico necessário, incluindo procedimentos de reconstrução, próteses, tratamentos estéticos, ortodônticos, e outros serviços que se fizerem necessários para a plena recuperação bucal das vítimas.

O atendimento odontológico será garantido, prioritariamente, em clínicas e hospitais públicos ou conveniados ao SUS. Para acesso ao programa, a mulher deverá apresentar documentos que comprovem a situação



de violência, tais como boletim de ocorrência, medidas protetivas, ou laudos médicos que atestem o dano sofrido.

O Poder Executivo deverá regulamentar o Programa para definir os critérios de acesso, detalhar os procedimentos de atendimento odontológico e estabelecer parcerias com instituições de ensino e pesquisa, sempre que necessário, para aprimorar a prestação de serviços odontológicos

O PL foi distribuído às Comissões de Defesa dos Direitos da Mulher, de Saúde, de Finanças e Tributação (art. 54 RICD) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD).

A proposição será objeto de apreciação pelo Plenário e seu regime de tramitação é de urgência, conforme o Requerimento nº 4.613/2024, nos termos do art. 24, inciso I e art. 155, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

II.1 Adequação Orçamentária e financeira

Da análise do PL nº 4.440, de 2024, observa-se que contempla matéria de caráter essencialmente normativo, não acarretando aumento ou diminuição na receita ou na despesa da União. As ações contidas na proposição já são normalmente previstas no orçamento e sua formatação em um Programa em nada alterará o montante total da despesa.

Nesses casos, torna-se aplicável o art. 32, X, “h”, do Regimento Interno desta Casa, que dispõe que somente as proposições que importem aumento ou diminuição de receita ou de despesa pública estão sujeitas ao exame de compatibilidade ou adequação financeira e orçamentária.

Em adição, o art. 1º, § 2º, da NI/CFT prescreve que somente se sujeitam ao exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira as proposições que impliquem aumento ou diminuição da receita ou despesa



da União ou repercutam de qualquer modo sobre os respectivos Orçamentos, sua forma ou seu conteúdo. Quando a matéria não tiver implicações orçamentária e financeira, como é o presente caso, o art. 9º da NI/CFT determina que se deve concluir no voto final que à comissão não cabe afirmar se a proposição é adequada ou não.

II.2 Mérito

A presente proposta visa a oferecer assistência odontológica integral às mulheres que sofrem violência doméstica e têm sua saúde bucal comprometida por conta dessas agressões. Conforme explica sua autora, Deputada Simone Marquette, “além dos danos físicos e psicológicos, muitas mulheres enfrentam dificuldades financeiras para arcar com os tratamentos dentários, e a recuperação de sua saúde bucal é fundamental para a autoestima, qualidade de vida e reintegração social”.

A violência doméstica é um problema grave que deixa marcas físicas e emocionais profundas na mulher. Em muitos casos, as agressões resultam em danos permanentes à saúde bucal, como fraturas, perdas dentárias e ferimentos nas gengivas. O tratamento adequado é importante por razões que vão além da estética, afetando positivamente a saúde física e psicológica das vítimas e possibilitando sua reintegração social e profissional.

O Programa ora criado é similar ao implementado no Distrito Federal, denominado “Construindo Sorrisos”. A presente iniciativa estende a todo o País política tão importante de proteção e assistência às vítimas de violência, reforçando o compromisso do Estado com a recuperação física e emocional dessas mulheres. Portanto, não temos dúvidas quanto ao mérito, vendo somente necessidade de pequenos ajustes, que fazemos em substitutivo, no art. 1º, de modo a adequar a nova lei aos protocolos e diretrizes do SUS, e no art. 3º, remetendo ao regulamento os modos de comprovação da violência havida.



II.3 Pressupostos de constitucionalidade

Observamos que inexistente qualquer objeção quanto aos pressupostos de constitucionalidade do PL nº 4.440, de 2024.

A proposição atende aos preceitos constitucionais formais concernentes à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos exatos termos dos arts. 22, inciso I, 48, 59, inciso III, e 61, todos da Constituição da República.

No que respeita à constitucionalidade material, também há harmonia entre a proposição e as disposições da Lei Maior.

Com relação à juridicidade, o projeto se revela adequado. O meio escolhido é apropriado para atingir o objetivo pretendido. Os conteúdos possuem generalidade e se mostram harmônicos com os princípios gerais do Direito.

No tocante à técnica legislativa, a proposição se amolda aos preceitos da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, alteração e consolidação das leis.

II.4 Conclusão do voto

Ante o exposto:

- 1) No âmbito das Comissões de Defesa dos Direitos da Mulher e de Saúde, somos pela aprovação do PL nº 4.440, de 2024, na forma do Substitutivo ora apresentado;
- 2) No âmbito da Comissão de Finanças e Tributação, somos pela não implicação orçamentária e financeira do PL nº 4.440, de 2024 e do Substitutivo apresentado pela Comissões de Defesa dos Direitos da Mulher, não cabendo à Comissão afirmar se a proposição é adequada ou não;
- 3) No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PL nº 4.440, de 2024 e do



Substitutivo apresentado pela Comissões de Defesa dos
Direitos da Mulher.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputada Renilce Nicodemos
Relatora



COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4.440, DE 2024

Institui o Programa de Reconstrução Dentária para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), visando garantir o atendimento odontológico especializado para a reconstrução dentária de mulheres que tenham sofrido agressões que comprometam a saúde bucal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Reconstrução Dentária para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica, que visa a prestação de serviços odontológicos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para a reconstrução e reparação dentária das mulheres vítimas de agressões que tenham causado danos à sua saúde bucal, conforme diretrizes e protocolos do SUS.

Parágrafo único: O programa tem como objetivo assegurar o tratamento odontológico necessário, incluindo procedimentos de reconstrução, próteses, tratamentos estéticos, ortodônticos, e outros serviços que se fizerem necessários para a plena recuperação bucal das vítimas.

Art. 2º O atendimento odontológico previsto nesta Lei será garantido, prioritariamente, em clínicas e hospitais públicos ou conveniados ao SUS.

Art. 3º Para o acesso ao programa, a mulher deverá apresentar documentos que comprovem a situação de violência, conforme regulamentação.



Art. 4º O Poder Executivo deverá regulamentar esta Lei para definir os critérios de acesso, detalhar os procedimentos de atendimento odontológico e estabelecer parcerias com instituições de ensino e pesquisa, sempre que necessário, para aprimorar a prestação de serviços odontológicos.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

